

Normas Internacionais de Contabilidade: Tendências e Perspectivas

Fernanda Jarske - fernandajarske@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo

Raíssa Barbosa de Matos - ativointangivel@hotmail.com

Lucas Fernandes Rocha - luksfernandes@hotmail.com

Universidade Federal de Uberlândia

Diane Rossi Maximiano Reina - dianereina@hotmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo

Donizete Reina - dreina2@hotmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

Este estudo tem por objetivo investigar os principais resultados da adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) no Brasil por intermédio dos artigos científicos publicados nos periódicos contábeis nacionais. Com base na análise de um conjunto de 56 artigos publicados a partir de 2007, conclui-se que dentre os principais resultados encontrados nesta pesquisa destaca-se que com a adoção das Normas Internacionais a quantidade de informações requeridas nos relatórios financeiros aumentou consideravelmente, entretanto notou-se uma melhoria em relação à transparência no momento de divulgação das informações das empresas. Concluí-se ainda que a implementação das IFRS gerou em âmbito internacional um aumento da comparabilidade que continuou crescendo principalmente quando tornou-se obrigatória a utilização das IFRS.

Palavras-chave: IFRS; Normas Internacionais; IAS.

1. Introdução

Em decorrência do crescimento das relações comerciais entre as nações, percebeu-se a necessidade de criação de algum tipo de unificação na documentação financeira dos países, uma vez que era difícil para cada país interpretar fidedignamente os documentos externos adotados pelos demais. Afinal, o modo como a contabilidade em cada país é implementada decorre diretamente de cultura e história (HELLMANN; PERERA; PATEL, 2013). Assim, ansiava-se por uma informação compreensível, e principalmente que preservasse a qualidade, confiabilidade e comparabilidade (CPC, 2008).

Diante de inúmeras justificativas e bons anseios com a unificação das normas internacionais, Jeanjean e Stolowy (2008), ressaltam um ponto importante ao afirmarem que a pura e simples adoção das IFRS não garante a esperada qualidade e comparabilidade da informação e, assim, a desejada melhoria na alocação de recursos financeiros internacionalmente.

Desta forma, superadas as justificativas da necessidade de unificação, insta destacar a diferenciação apresentada por Weffort (2005) entre o conceito de harmonizar e o de padronizar as normas contábeis. Nesse contexto, padronização – seria a adoção exata das mesmas regras e princípios por todas as nações; e, harmonização – por sua vez, consiste na criação de uma padronização comum (sem excluir daquelas regras internas que o país já possui), entre os países para facilitar as relações econômicas. Assim, defende-se a importância da harmonização, de acordo com Paulo (2002), a harmonização poderia fornecer informações com mais qualidade e eficiência uma vez que possibilitaria maior entendimento das demonstrações contábeis fornecidas entre os países que poderiam avaliá-las com a devida confiabilidade e de acordo com seus interesses internos.

Rodrigues, Niyama e Oliveira (2012), conceituam a harmonização, por eles denominada convergência, nesse mesmo sentido, convergência é a semelhança das escolhas entre as alternativas contábeis. Além disso, a convergência pretende conciliar o sistema contábil entre países, mantendo as características particulares de cada um, com o intuito de facilitar e melhorar a qualidade da troca de informações.

Neste sentido, diante da necessidade de criação desta harmonização, desenvolveu-se o IFRS (*International Financial Reporting Standard*), que representa o conjunto de padrões internacionais de contabilidade, editadas pelo IASB (*International Accounting Standard Board*) – o Comitê Internacional de Padrões Contábeis – que é um organismo independente e sem fins lucrativos sediado na Inglaterra. O IASB (2010) afirma o foco deste projeto é determinar um padrão que vai guiar a organização e apresentação das informações nas Demonstrações Contábeis, com o fim de melhorar o uso das informações geradas. Para Ikuno et al. (2012) a adoção obrigatória das IFRS pela União Europeia, no ano de 2005, pode ser considerada um marco do processo de convergência, uma vez que todas as empresas listadas em bolsa de valores na União Europeia foram solicitadas a elaborarem suas demonstrações consolidadas de acordo com as IFRS.

De acordo com Costa et al. (2013), o marco da implementação das Normas Internacionais no Brasil se deu com a Lei 11.638/07 e a Lei 11.941/09, que alteraram os dispositivos da Lei nº 6.404/76, modernizando a contabilidade e exigindo que as empresas brasileiras (especialmente as sociedades por ações) passassem a utilizar os pronunciamentos contábeis baseados nas normas internacionais de contabilidade. Paralelamente a elas, surgiram órgãos reguladores como Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a fim de emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos contábeis de modo a adequar a contabilidade brasileira às normas contábeis internacionais.

As discussões acerca do processo de convergência das normas internacionais de contabilidade constituem argumentos que motivam a realização de novas pesquisas acadêmicas. Saiki e Antunes (2010) afirmam que a adoção das normas internacionais acarretou em inovações tanto na elaboração dos demonstrativos contábeis quanto nas escolhas das práticas contábeis, visto que essas normas são baseadas muito mais em princípios do que em regras, proporcionando aos gestores na liberdade na definição dos critérios contábeis adotados.

Nesta perspectiva, o problema norteador desta pesquisa é: Quais os principais resultados das pesquisas científicas sobre a adoção das Normas Internacionais?

Como objetivo tem-se: investigar os principais resultados da adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) no Brasil por intermédio dos artigos científicos publicados nos periódicos contábeis.

Este estudo justifica-se, pois, no ano de 2017, faz 10 anos que as normas internacionais de contabilidade (IFRS) passaram a ser aplicadas no Brasil. Considerando os diversos motivos, acima expostos, que acarretaram na implementação de tais normas no país no ano de 2007, acredita-se que dez anos depois possam ser abordados alguns aspectos que são frequentemente debatidos pela academia. Trata-se de um tema relevante na área da contabilidade, uma vez que, as expectativas sobre os efeitos do processo de convergência contábil internacional, ainda precisam evoluir bastante no Brasil.

2. Revisão da literatura

2.1 Objetivos e lógica para adoção do IFRS (contexto nacional e internacional)

A expansão e intensificação das relações comerciais entre os países trouxeram consigo a necessidade de uniformizar as normas que definem a prestação da informação contábil (GONÇALVES; MENDONÇA; CARVALHO, 2014). Como poderia um país conseguir identificar a existência de erros em demonstrações de países estrangeiros sem conhecer as normas específicas internas de outra nação? Inevitavelmente, não serão obtidos apenas pontos positivos com tal implementação. A título de exemplificação de desvantagem, pode-se destacar a necessidade de investimentos que serão necessários para que os países se adaptem às normas (GONÇALVES; MENDONÇA; CARVALHO, 2014).

Dentre os objetivos para adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS), destaca-se a melhora na qualidade das demonstrações como um dos pilares que estruturaram o ideal de harmonização das normas contábeis em âmbito mundial, uma vez que Famá e Perez (2006) convergem no entendimento de que com o surgimento de novas empresas, e, conseqüentemente, o aumento da competitividade, tornou necessário o fornecimento de informações de qualidade por parte das empresas que desejassem se destacar no mercado.

Sabe-se que, ao melhorar a qualidade da informação, os reflexos serão notados necessariamente em outros campos, dos quais pode-se destacar a transparência. Moreira et al. (2009) afirmam que uma informação mais qualitativa evita ou até mesmo impede a alteração de dados, tais autores concluíram por fim que, com a elevação na qualidade permitirá que as decisões tomadas sejam pautadas na realidade e não em informações manipuladas. Ainda, Formigoni, Antunes e Paulo (2009) declaram que a atuação “oportunista” realizada por acionistas é de difícil detecção em razão de fatores, como: ausência de uma medida adequada para determinar o gerenciamento de resultados e tributos.

Após discorrer acerca dos motivos pelos quais uma informação qualitativa é importante, devem-se esclarecer quais fatores contribuem para que se tenha a almejada qualidade. Paulo, Cavalcante e Melo (2012) afirmam que a qualidade da informação contábil pode ser identificada por possuir um ou vários diferenciais, quais sejam: persistência,

conservadorismo, gerenciamento de resultados, qualidade da estimação dos *accruals*, transparência, nível de *disclosure*.

2.2 Temores e incertezas iniciais sobre a adoção de IFRS

A busca por uma harmonização normativa pode gerar em uma interação ainda mais acentuada entre países com histórias e culturas tão discrepantes o que por si só já causa certo receio (GONÇALVES; MENDONÇA; CARVALHO, 2014). Jeanjean e Stolowy (2008), ao declararem que apenas a implementação das IFRS, não significa necessariamente a obtenção direta de todas as qualidades almejadas. Os mesmos autores ainda comentam que fazer uso de regras iguais é uma condição necessária, porém não suficiente para elaborar uma linguagem comum da divulgação da informação financeira.

Além das vantagens descritas por Lisboa (2000), e citadas por Guedes et al. (2000), como possibilidade de comparar em nível mundial o desempenho das entidades; maior facilidade para o ensino de contabilidade; maior facilidade para transferência de empregados entre as multinacionais; facilidade de acesso aos recursos internacionais; e padronização dos de pré-requisitos, para que as empresas possam ter seus papéis negociados em diferentes bolsas de valores, Niyama (2005) destaca que, com a convergência das normas, os países emergentes e suas empresas, poderão se tornar mais atraentes aos investidores estrangeiros, já que será mais acessível e confiável as informações fornecidas.

Semelhantemente a isto, Van Tendeloo e Vanstraelen (2005) apontaram algumas vantagens advindas da adoção das IFRS. Eles afirmam que as decisões financeiras a serem feitas pelos investidores se darão sem a interferência de possíveis erros que seriam advindos da diferente forma de mensurar, por exemplo, a posição e o desempenho de índices financeiros em certo país, diminuindo assim o risco para os investidores e o custo do capital para a entidade. Brown (2013) destaca que o acesso as competências de normalização contabilística não existentes no país, a partilha de custos de normalização contabilística e o aumento da mobilidade de profissionais de contabilidade no mercado de trabalho.

Neste sentido, Barth, Landsman e Lang (2008), declaram que o fato da informação ter mais qualidade quando a empresa adota as normas internacionais é decorrente da maior dificuldade em manipular a receita, melhor realização a tempo das perdas, bem como grande associação do valor contábil com o custo e retorno. Porém, afirmaram que o estudo, não conseguiu concluir se a melhoria da qualidade da informação está vinculada às mudanças no sistema de produção do relatório contábil ou às mudanças no incentivo empresarial e econômico. Assim, para eles, a convergência das normas será um diferencial entre as empresas concorrentes em âmbito mundial para as empresas que as adotarem.

Brüggemann, Hitz e Sellhorn (2013) ao retratarem os efeitos da aplicação das IFRS na União Europeia, destacaram pontos positivos e negativos. Saliendam que as normas, no aspecto financeiro, geraram limitações em razão de descumprimentos das normas internacionais postas, uma vez que, as nações insistem em se manter aplicando padrões contabilistas nacionais, por outro lado não se obteve as melhorias esperadas em relação à transparência informacional, ou seja, não se observou avanços na qualidade da informação, conseqüentemente, tampouco, no âmbito da comparabilidade. Todavia, os autores notaram evidências de que a adoção das normas obteve benefícios macroeconômicos e benefícios para o mercado de capitais.

Ao tomar conhecimentos de panoramas como este traçado pela União Europeia, no qual, obtêm-se situações divergentes daquelas esperadas com a adoção das IFRS, recorda-se dos autores Jeanjean e Stolowy (2008), os quais comentaram que utilizar regras iguais é uma condição necessária, mas não suficiente para criar uma linguagem comum da divulgação da

informação financeira, ou seja, ainda que a maioria dos estudos deste tema retratem inúmeras possíveis vantagens com a convergência das normas, são meras suposições.

3. Metodologia

Este trabalho, no que tange à técnica procedimental adotada, caracteriza-se como uma pesquisa do tipo bibliográfica, uma vez que, é composta por materiais que já receberam tratamento analítico, no caso artigos científicos obtidos em periódicos (GIL, 2008). No que tange aos objetivos, classifica-se como exploratória, por ser obtida por meio de levantamento bibliográfico (GIL, 2008). Pode-se classificar ainda, quanto a sua natureza aplicada, uma vez que almeja finalidade imediata, qual seja destacar os efeitos da aplicação das Normas Internacionais no Brasil.

A coleta dos artigos para embasamento do estudo foi realizada em cinco sites de revistas científicas nacionais, são elas: Revista Contabilidade & Finanças (C&F-USP/SP); Contabilidade Vista & Revista (ContV&R-UFGM); BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos (BASE-UNISINOS); RBGN - Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN-FECAP); RCC - Revista Contemporânea de Contabilidade (RCC-UFSC).

A partir dos periódicos selecionados, foi necessário definir critérios para efetuar a pesquisa e entre estes critérios destaca-se a identificação de palavras-chaves para a busca. Em cada site foram realizadas buscas com as seguintes palavras-chaves “IAS”, “Normas Internacionais”, e “IFRS”. O período de busca compreendeu os artigos publicados no período de 2007 ao mês de junho de 2017, tendo em vista que no ano de 2010, tornou-se obrigatória a adoção da IFRS no Brasil, mas desde 2007 já poderiam ser aplicadas de forma optativa no país.

No total foram coletados 190 artigos, constituindo a população da pesquisa. Deste total, 56 constituem a amostra, que foi selecionada através da leitura do resumo e títulos para identificar se tratavam das alterações advindas a partir da adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil. A amostra selecionada foi analisada e classificada de acordo com as seguintes informações: a) título do trabalho; b) periódico de publicação; c) autores; d) ano da publicação; e) palavras-chaves; f) objetivo da pesquisa; g) período investigado; h) país investigado; i) resultados; j) sugestão para investigação futura; k) limitações; l) setor; m) classificação dos artigos por influência do IFRS.

A classificação dos artigos por tipos de influência foi elaborada em função da natureza do efeito da adoção da IFRS investigado na pesquisa. A Tabela 1 apresenta as cinco revistas de contabilidade investigadas bem como a distribuição dos artigos sobre a adoção das IFRS classificados por revista e ano de publicação.

TABELA 1 - Distribuição dos artigos sobre adoção das IFRS por revista e ano de publicação.

Revistas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
C&F-USP/SP	-	-	-	-	5	1	1	6	6	3	2	24
RCC-UFSC	-	-	1	-	2	1	3	4	-	1	1	13
ContV&R-UFGM	-	-	2	2	2	1	1	2	-	1	-	11
BASE-UNISINOS	-	-	1	-	-	-	1	-	2	1	-	5
RBGN-FECAP	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	3
TOTAL	0	0	4	2	9	4	6	12	8	8	3	56

Fonte: Elaborada pelos autores.

Observa-se que dentro do período analisado – 2007 a 2017 – o ano de 2014 foi o que teve maior número de publicações, totalizando 12 artigos considerando a amostra utilizada. Os anos seguintes, 2015 e 2016, o número de artigos se manteve com oito, todavia nota-se uma

queda no ano de 2017. Deve-se ressaltar que a população que compõe este estudo foi colhida no primeiro semestre de 2017, logo as pesquisas publicadas no ano de 2017 compreenderam apenas parte do ano vigente.

4. Descrição e análise dos resultados

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos através da análise dos artigos em função da distribuição por setor e em função da natureza do efeito da adoção das IFRS. Observa-se que a maior parte dos estudos publicados nas revistas foi realizada no setor privado; 47% composto das entidades com fins lucrativos e que representam grande parte do sistema econômico do país, 23% dos estudos foram realizados a partir de entidades público-privadas, 21% dos estudos foram realizados a partir de estudos normativos, cartas emitidas pelo IASB, análise de periódicos técnicos e relatórios financeiros que não foram classificados quanto ao tipo de setor. Ainda pode-se inferir que a menor parte de publicações nas revistas foi realizada avaliando empresas públicas (9% das pesquisas).

A distribuição dos artigos em função da natureza do efeito da adoção das IFRS, ficou da seguinte forma: a maior parte das pesquisas realizadas analisou o efeito da adoção das normas internacionais de contabilidade na qualidade da informação (44,64%), comparabilidade (10,71%), liquidez de mercado (7,14%), escolhas contábeis; valor justo e órgão normatizador (5,35%), relevância da informação (3,57%) e (1,79%) dos estudos analisaram os seguintes efeitos: transparência da informação, estrutura de capitais das empresas, remuneração do gestor/executivos, ensino, contratos, governança corporativa, gerenciamento de resultados, sistema jurídico, relação entre risco e lucro, e normas contábeis.

4.1 IFRS e qualidade do relatório financeiro/evidenciação

As revistas analisadas publicaram 25 estudos acerca da influência das IFRS e da qualidade e evidenciação dos Relatórios Financeiros. Os estudos elaborados por Santos, Ponte e Mapurunga (2014) e Aillón et al. (2013) tiveram como período investigado o intervalo entre os anos 2010 e 2013, todos realizados no Brasil. Estes tiveram como objetivo verificar a conformidade e evidenciação das informações publicadas nas notas explicativas. Concluíram que existe baixo nível de divulgação e conformidade frente às exigências adotadas tendo como base da adoção das IFRS.

Já as pesquisas realizadas por Mapurunga et al. (2011) e Ambrozini (2014) investigaram o intervalo entre os anos 2009 a 2010 e 2013, e os estudos foram realizados no Brasil. As pesquisas tiveram como objetivo verificar o nível de evidenciação dos instrumentos financeiros nos relatórios contábeis. Ressalta-se que a pesquisa de Mapurunga et al. (2011) teve como enfoque as sociedades brasileiras de Capital Aberto e concluíram que as características “Tamanho” e “Lucro” estão ligadas de forma positiva à divulgação de informações sobre instrumentos financeiros derivativos, ao passo que não se verificou associação significativa entre “Endividamento” e “Rentabilidade”. Por outro lado, Ambrozini (2014) destaca como ponto negativo a transparência contábil em relação às operações de evidenciação de hedge, e como ponto positivo a divulgação das informações quantitativas.

Riva e Salotti (2015); Potin, Bortolon e Sarlo Neto (2016); Black e Nakao (2017); Oliveira e Lemes (2011); Lourenço e Branco (2015); Silva e Nakao (2011); Thomaz, Kronbauer e Liszbinski (2013) investigaram o intervalo entre os anos 2003/2014 e os estudos foram realizados em diversos países como Brasil, EUA, Austrália, Reino Unido, Japão, Canadá, Espanha. Tendo como objetivo investigar o efeito da adoção bem como evidenciação das Normas Internacionais de contabilidade, os autores em suas pesquisas obtiveram resultados divergentes: Riva e Salotti (2015) afirmaram que há fraca associação entre *disclosure* e evidenciação da adoção do padrão contábil e o custo de crédito bancário das empresas; Potin,

Bortolon e Sarlo Neto (2016) concluíram que há positiva e significativa relevância da informação contábil e do *disclosure* dos derivativos; Oliveira e Lemes (2011) mencionam que o setor de atuação e o porte da empresa influenciam diretamente no *disclosure* das informações; Black e Nakao (2017) ratificaram que após a adoção da IFRS as empresas passaram a exibir conservadorismo condicional, *value relevance* do lucro contábil e menor gerenciamento de resultados; Lourenço e Branco (2015) observaram que a adoção das IFRS apresenta um efeito positivo na qualidade da informação, no mercado de capitais, na capacidade de previsão dos analistas, na comparabilidade e no uso da informação; Silva e Nakao (2011) constataram que as empresas analisadas não estão totalmente de acordo com a IFRS; Thomaz, Kronbauer e Liszbinski (2013) observaram que a adoção da norma internacional relacionada aos estoques não significa a convergência na prática.

As pesquisas realizadas por Sousa et al. (2013), Costa et al. (2013) e Galdino, Moura e Cunha (2014), tiveram como período investigado o intervalo entre os anos 2002 a 2009 e 2012 e os estudos foram realizados no Brasil. As pesquisas tiveram como objetivo investigar e analisar a percepção dos usuários e profissionais do setor público contábil brasileiro acerca do regime de competência, e analisar os efeitos da adoção do enfoque patrimonial sobre Dívida Pública Flutuante. Pode-se inferir que os autores em seus resultados concluíram, respectivamente, que com a mudança do regime de contabilização para o de competência resultou em: benefícios informacionais para a tomada de decisões e de gestão das entidades públicas; com a mudança do enfoque orçamentário-financeiro para o enfoque patrimonial decorrente da convergência da Contabilidade Pública às Normas Internacionais, verificou-se uma subavaliação da Dívida Flutuante da entidade pública, melhoria nas evidenciações qualitativa e quantitativa do Passivo das entidades governamentais, contribuindo para gestão fiscal transparente; e que a análise que dos municípios menores são menos regulares no envio dos seus dados contábeis à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Os estudos elaborados por Macedo et al. (2011) e Borsato, Pimenta e Lemes (2009), tiveram como período investigado o intervalo entre os anos 2005/2007 e foram realizados em empresas brasileiras. As pesquisas tiveram como objetivo analisar e comparar as informações geradas pela DOAR e DFC nas demonstrações contábeis em razão das alterações ocorridas na Lei 11.638/07. Pode-se inferir que os autores apresentaram os resultados de suas pesquisas seguinte forma: Macedo et al. (2011) – o Fluxo de Caixa Operacional (DFC) é mais relevante que as Origens de Recursos das Operações (DOAR) para o mercado de capitais, e há evidências empíricas de que foi benéfica para os usuários da informação a substituição da DOAR pela DFC; Borsato, Pimenta e Lemes (2009) - afirmam que enquanto a DOAR registra a variação e a formação dos recursos na empresa, a DFC permite uma análise detalhada da formação do caixa, constatou-se, por fim, que as informações, não são excludentes, mais sim complementares.

Santos et al. (2011); Consoni, Colauto e Lima (2017), investigaram o período entre os anos 2005 a 2012, com o objetivo de investigar a influência do processo de convergência às IFRS na divulgação voluntária, bem como de pesquisar se a promulgação da Lei n ° 11.638/07 alterou o grau de conservadorismo contábil. Ambos os estudos tiveram como enfoque as de empresas brasileiras listadas BM&FBovespa. Pode-se inferir que os autores em seus resultados concluíram que a convergência da evidenciação se apresenta como um fator exógeno e que afeta de forma positiva e significativamente a divulgação voluntária no período analisado.

Já as pesquisas desenvolvidas por Souza, Borba e Zandonai (2011); Silva, Marques, Santos (2009); Maia e Vasconcelos (2016) tiveram como período investigado o intervalo entre os anos 2005, 2008 e 2011 e os estudos realizados em alguns países, quais sejam: Brasil, Europa, EUA. Cujo objetivo é apresentar as normas internacionais, norte-americanas e brasileiras

sobre o *impairment*, identificar o perfil dos ativos intangíveis, e por fim verificar se as companhias de capital aberto que reconheceram perda no valor recuperável de ativos em 2008 seguiram as normas que tratam do teste de recuperabilidade (*impairment test*). Pode-se inferir que os autores em seus resultados concluíram que há necessidade de as empresas pesquisadas melhorarem os níveis de evidenciação de suas informações para atenderem às regras normativas bem como as exigências dos usuários da informação uma vez que tal cenário compromete a qualidade das informações.

Os estudos elaborados por Nakayama e Salotti (2014); Souza e Borba (2017); Maia e Formigoni (2012), tiveram como período investigado o intervalo entre os anos 2008/2013, as pesquisas tiveram como objetivo analisar o *disclosure* obrigatório de informações e verificar o *value relevance* do nível de *disclosure* das combinações de negócios das empresas brasileiras. Pode-se inferir que os autores em seus resultados concluíram que os fatores que influenciaram o nível de divulgação de informações sobre combinação de negócios foram o porte relativo da empresa adquirida, de auditoria, auditada, governança corporativa ao nível de mercado e nível de endividamento. Destacou-se ainda que o nível de *disclosure* identificado nas notas explicativas da amostra analisada foi baixa, demonstrando que as companhias precisam melhorar em relação à transparência das informações. O estudo elaborado por Carvalho et al. (2015) teve como objetivo investigar a existência de divergências nas respostas obtidas pelo IASB nas Cartas Comentadas. Pode-se inferir que os autores concluíram que existem posições diferentes entre os distintos grupos de *stakeholders*.

4.2 Comparabilidade

As revistas analisadas publicaram seis estudos acerca da influência das IFRS na comparabilidade. Na Revista Contabilidade & Finanças três estudos foram publicados, são eles: Souza et al. (2015) investigou o grau de comparabilidade das escolhas contábeis dos gestores em relação a mensuração das PPI no período 2010/2012, nos países Brasil e Portugal, encontrando como resultado que, apesar das escolhas contábeis permitidas pela IAS 40, houve uma comparabilidade média entre as práticas contábeis das entidades desses países, porém, com decréscimo do índice ao longo dos anos. Os autores apontam como fatores explicativos a auditoria por uma das *Big Four* (PricewaterhouseCoopers, Deloitte ToucheTohmatsu, KPMG ou Ernst & Young), o endividamento das empresas, a relevância relativa do saldo de PPI, o lucro líquido e a menor experiência do Brasil na utilização do método do valor justo para avaliação das PPI.

Souza e Lemes (2016) investigaram o grau de comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração de ativos imobilizados intangíveis e PPI, no período de 2009/2013 nos países Brasil, Chile e Peru, e como resultado verificaram que para os ativos imobilizados, a comparabilidade internacional aumentou com a adoção das IFRS, mantendo-se crescente ao longo do tempo e alta após a adoção obrigatória das IFRS pelos três países. Já Ribeiro et al. (2016) investigou o comportamento da comparabilidade diante da flexibilização regulatória nos anos de 2004/2012 no Brasil e seus resultados comprovaram que, na média, não houve diminuição significativa do nível de comparabilidade *within country* durante o período de transição regulatória no Brasil. Pelo contrário, houve aumento da comparabilidade genuína no ano 2012 em relação a 2004.

A Revista Contemporânea de Contabilidade publicou três estudos. A pesquisa realizada entre 2007 a 2009 no Brasil, por Braga et al. (2011) teve como objetivo comparar indicadores econômico-financeiros de empresas brasileiras de capital aberto, listadas na Bovespa, considerando as demonstrações elaboradas com base nas “antigas” e nas “novas” práticas contábeis adotadas no Brasil e verificar a ocorrência de mudanças significativas. Os resultados encontrados pelos autores foram que existe mudança significativa (aumento) no

índice de endividamento de companhias brasileiras com a reapresentação das demonstrações contábeis.

Reina, Reina e Silva (2014) investigaram a comparabilidade dos relatórios financeiros das 47 empresas que compõem o IBRX-50 da BM&FBOVESPA no Brasil durante o período de 2010 a 2012. Os autores encontraram como resultados que os índices médios de comparabilidade são críticos em relação ao método de mensuração e de avaliação dos estoques, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mantidos para venda.

O estudo elaborado por Santos e Salotti (2013), teve como objetivo discutir os métodos de reconhecimento de receita adotados pelas entidades de incorporação imobiliária de capital aberto e avaliar de que forma isso pode afetar a comparabilidade entre os resultados publicados a mercado dessas empresas. O estudo teve como período investigado o ano de 2010 no Brasil e encontrou como resultado, a partir de uma amostra das dez empresas analisadas que, ao converter as Demonstrações dos Resultados do Exercício (DRE's) de 2010, elaboradas conforme o CPC 17 – Contratos de Construção, para o CPC 30 – Receitas, observou-se variações significativas nos valores das receitas brutas e Lucro Antes do Imposto de Renda (LAIR) de cada empresa.

4.3 Liquidez de Mercado

As revistas analisadas publicaram quatro artigos acerca da influência das IFRS quanto a liquidez de mercado. Os estudos que foram publicados na Revista Contabilidade Vista & Revista foram elaborados por Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009); Brito e Ambrozini (2013) e Nogueira Junior et al. (2012) e foram analisadas as DRE's de 2008/2009 em IFRS de entidades brasileiras. Os objetivos dos estudos foram analisar o impacto nos indicadores econômico-financeiros de empresas brasileiras abertas ante a apresentação das demonstrações contábeis em padrão IFRS; identificar as consequências da adoção (IFRS) em alguns indicadores financeiros e verificar se, de fato, as alterações promovidas por essas legislações modificaram a relação entre o resultado contábil (LL) e a geração operacional de caixa (FCO) das companhias brasileiras analisadas.

Segundo Barbosa Neto, Dias e Pinheiro (2009) os resultados evidenciaram que há diferenças entre os indicadores calculados com base nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com cada padrão contábil e que os indicadores econômico-financeiros não são afetados de maneira estatisticamente significativa pelas diferenças existentes entre as normas contábeis brasileiras e as internacionais, o que demonstra a inexistência de assimetria de informação nas empresas analisadas. Para Brito e Ambrozini (2013) os resultados mostram que as diferenças são estatisticamente significantes para a composição do endividamento em ambos os níveis de significância testados, ou seja, 5 e 10%, e para a liquidez corrente apenas no nível de 10%. Nogueira Junior et al. (2012) concluíram que não houve alteração significativa na relação entre os valores de LL e FCO para nenhuma companhia, e eles verificaram que também não houve alteração significativa em relação entre o LL e o FCO.

Na Revista Contemporânea de Contabilidade foi publicada a pesquisa de Kronbauer et al. (2012) que investigou o período de 2006 a 2008 no Brasil e teve como objetivo analisar o impacto do reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos nos indicadores econômicos e financeiros de empresas. Os resultados encontrados pelos autores apontam que índices de liquidez corrente, liquidez geral e endividamento das empresas analisadas sofrem alterações significativas e favoráveis com o reconhecimento dos Ativos Fiscais Diferidos.

4.4 Escolhas Contábeis

As revistas analisadas publicaram três estudos acerca da influência das IFRS nas escolhas contábeis. Dentre esses, dois artigos foram publicados na Revista Contabilidade & Finanças

(C&F-USP/SP). O primeiro foi elaborado por Pinto, Martins e Silva (2015) e teve como período investigado os anos de 2012/2013 no Brasil, objetivando explicar as escolhas contábeis quanto a mensuração das propriedades de investimento, das empresas do setor de exploração de imóveis, que participam do mercado de capitais do país, e concluiu que elas são feitas de acordo com seu modelo de negócio da empresa. Lorencini e Costa (2012) investigaram os anos 2007/2008 no Brasil, e avaliaram quais características das companhias abertas estariam ligadas à escolha contábil. Concluíram que a participação em algum dos níveis diferenciados de governança corporativa está associada à escolha pela baixa dos saldos remanescentes e que o tamanho do saldo do ativo diferido está associado à escolha pela manutenção dos saldos, após controle pelo tamanho da empresa.

Na Revista Contabilidade Vista & Revista, Costa e Freitas (2014) teve como período investigado o ano de 2010 no Brasil e buscou investigar as características das companhias abertas que permitem explicar a escolha pelo custo atribuído para ativos imobilizados permitida pelo Pronunciamento Técnico CPC 37 na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade no Brasil. Os resultados da pesquisa apontam que por meio de uma regressão logística, verificou que firmas maiores, mais rentáveis e com imobilizados significativos em relação ao ativo total possuem maior probabilidade de optarem pelo custo atribuído. Enquanto, companhias auditadas pelas maiores firmas de auditoria (“*Big Four*”) e as que são listadas na BM&FBOVESPA possuem maior probabilidade de manterem seus imobilizados pelo custo histórico. Por fim, os resultados contribuíram para a compreensão de como custos políticos (tamanho e rentabilidade) e estrutura de monitoramento (auditoria e governança) são determinantes para a aplicação ou não do valor justo como custo atribuído de ativos não financeiros no Brasil.

4.5 Valor Justo

As revistas analisadas publicaram três estudos acerca da influência das IFRS no valor justo. Os estudos elaborados por Cardao-pito e Barros (2016), Sayed e Salotti (2014) e Alves e Pascoal (2017) tiveram como período investigado o intervalo entre os anos 2004 a 2012 e os estudos realizados em Portugal, na Bolsa de Valores da Comunidade Europeia (Euronext), na Bolsa de Valores de Londres (London Stock Exchange – LSE) e na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). As pesquisas tiveram como objetivo estudar a utilização do valor justo como base de mensuração e reconhecimento. Pode-se inferir que os autores em seus resultados concluíram que o uso do valor justo, como base de mensuração, aproxima o valor contábil do patrimônio do seu par de mercado, porém sem torná-lo significativamente próximo, já que os patrimônios líquidos contábeis e aqueles ajustados ao valor justo para todos as amostras são estatisticamente iguais e que os valores de mercado das instituições financeiras analisadas são significativamente diferentes de seus patrimônios contábeis apurados segundo as IFRS, e em relação aos ativos biológicos verificou-se seu reconhecimento e mensuração se baseavam no justo valor, com algumas limitações no que diz respeito à mensuração dos ganhos e perdas de justo valor à data do balanço.

4.6 Órgão Normatizador

As revistas analisadas publicaram três estudos acerca da influência das IFRS nos Órgãos Normatizadores. Os estudos elaborados por Zeff (2014), Calvi e Galdi (2014), Santos e Santos (2014) analisaram o intervalo entre os anos 1973/2000 e 2011, investigando os países: Alemanha, Espanha, França, Itália e do Reino. As pesquisas identificaram os principais aspectos que evoluíram ao longo dos anos de existência dos Órgãos Normatizadores, bem como analisar se a emissão da carta pelo IASB a ESMA impactou o retorno das ações dos bancos nos países estudados, e por fim, identificar os fatores determinantes da adoção de estratégias de *lobbying* sobre a regulação contábil. Pode-se afirmar que os autores em seus

resultados constataram que a opinião do normatizador é relevante para os usuários externos, além de observar que a emissão da carta do IASB ao ESMA impactou no retorno das ações dos bancos que possuíam títulos gregos nos cinco países analisados.

4.7 Relevância da Informação

As revistas analisadas publicaram dois estudos acerca da Influência das IFRS na relevância da informação. Santos e Cavalcante (2014), na Revista Contabilidade & Finanças, investigou o período de 1999 a 2013, no Brasil, com a finalidade de avaliar o efeito da adoção das IFRS sobre a relevância da informação do lucro líquido, a fim de contribuir para melhor compreender o tema em questão. A partir da pesquisa os autores puderam obter como principal resultado que a adoção dos IFRS no Brasil: (1) aumentou a capacidade associativa do lucro contábil; (2) reduziu a níveis não significantes a tempestividade informacional; e (3) não surtiu efeitos sobre o conservadorismo condicional. Assim, não é possível afirmar que a adoção dos IFRS no Brasil contribuiu com o aumento da relevância informacional do lucro contábil das firmas de capital aberto.

O estudo publicado na Revista Contemporânea de Contabilidade por Santos, Starosky Filho e Klann (2014), entre 2006 a 2011, no Brasil, identificou que a forma do processo de convergência às IFRS impactou o *value relevance* das informações contábeis evidenciadas por companhias brasileiras e evidenciaram um aumento no *value relevance* das demonstrações contábeis de empresas brasileiras após a convergência.

5 Conclusão

A presente pesquisa teve por objetivo investigar os principais resultados da adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS) no Brasil por intermédio dos artigos científicos publicados nos periódicos contábeis. No total foram analisados 56 artigos, dentre os quais, aproximadamente, 45% abordaram sobre IFRS e qualidade do relatório financeiro/evidenciação; 11% trataram acerca da comparabilidade; 7% versou sobre liquidez de mercado; 5% discutiram sobre o efeito da adoção das IFRS no Valor justo, nas Escolhas Contábeis e no Órgão Normatizador; 4% discutiram sobre Relevância da informação; 10,86% abordaram sobre outros aspectos.

Dessa forma, dentre os principais resultados encontrados nessa pesquisa destaca-se que com a adoção das Normas Internacionais a quantidade de informações requeridas nos relatórios financeiros aumentou consideravelmente, entretanto notou-se uma melhoria em relação à transparência no momento de divulgação das informações das empresas. Ainda, conclui-se que a implementação das IFRS gerou, em âmbito internacional, um aumento da Comparabilidade que continuou crescendo, principalmente quando tornou-se obrigatória a utilização das IFRS.

Entre as limitações deste estudo enfatiza-se que a coleta dos artigos utilizados ocorreu até o final do primeiro quadrimestre de 2017, além disso, o tamanho da amostra também pode ser considerado outra limitação, pois tal tema necessita de uma análise mais profunda, com a inclusão de outros fatores específicos à realidade brasileira.

Considerando as pesquisas analisadas, sugere-se, para futuras pesquisas: a) desenvolver método capaz de atribuir diferentes pontuações classificando a transparência na divulgação de informações em níveis; b) estudar o efeito e importância relativa ao aumento da qualidade e comparabilidade da informação resultante da adoção das IFRS comparando a realidade brasileira à internacional; c) investigar os fatores que afetam o efeito da adoção das IFRS no uso da informação contábilística por usuários externos.

REFERÊNCIAS

- AILLÓN, H. S. et al. Análise das informações por segmento: divulgação de informações gerenciais pelas empresas brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p.33-48, abr. 2013.
- ALVES, M. T. V. D.; PASCOAL, M. O. A. de S. F. Mensuração e reconhecimento contabilístico dos ativos biológicos: um estudo de caso. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 14, n. 31, p.46-66, 3 abr. 2017.
- AMBROZINI, M. A. Análise do grau de evidenciação das operações com instrumentos financeiros derivativos pelas companhias brasileiras listadas no Ibovespa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 11, n. 24, p.25-42, dez. 2014.
- BARBOSA NETO, J. E.; DIAS, W. de O.; PINHEIRO, L. E. T. Impacto da Convergência para as IFRS na Análise Financeira: um Estudo em Empresas Brasileiras de Capital Aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 4, p.131-153, dez. 2009.
- BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International Accounting Standards and Accounting Quality. **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3, 2008.
- BLACK, R.; NAKAO, S. H. Heterogeneidade na qualidade do lucro contábil entre diferentes classes de empresas com a adoção de IFRS: evidências do Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 73, p.113-131, abr. 2017.
- BORSATO, J. M. L. S.; PIMENTA, D. P.; LEMES, S. Uma Abordagem Comparativa na Análise da DOAR e DFC: um estudo de caso na Cia. Vale do Rio Doce. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p.161-179, jun. 2009.
- BRAGA, J. P. et al. Análise do impacto das mudanças nas normas contábeis brasileiras: um estudo comparativo dos indicadores econômico-financeiros de companhias brasileiras para o ano de 2007. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 8, n. 15, p.105-128, jun. 2011.
- BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.
- BRASIL. **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que específica; institui regime tributário de transição.
- BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações.
- BRITO, S. S.; AMBROZINI, M. A. Impactos da Implementação das Normas Internacionais de Contabilidade sobre Indicadores Financeiros: um Estudo das Empresas Brasileiras com Ativos Biológicos. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p.78-102, set. 2013.
- BROWN, P. Some observations on research on the benefits of actions of adopting IFRS. **The Japanese Accounting Review**, 2013.
- BRÜGGEMANN, U.; HITZ, J.-M.; SELFHORN, T. Intended and unintended consequences of mandatory IFRS adoption: a review of extant evidence and suggestions for future research. **European Accounting Review**, v. 22, n. 1, p. 1-37, 2013.

- CALVI, C. Z.; GALDI, F. C. A Opinião do Normatizador Importa?: Análise do Impacto da Divulgação da Carta do IASB nos Retornos das Ações dos Bancos Europeus com Exposição em Títulos Gregos. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 64, p.79-91, 2014.
- CARDAO-PITO, T.; BARROS, J. A aplicação das normas contabilísticas de “justo valor” nas demonstrações de resultados das empresas integradas no Portuguese Stock Index-20 (PSI-20). **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, São Paulo, v. 59, n. 18, p.67-86, mar. 2016.
- CARVALHO, C. D. F. da M. et al. Uma Análise das Diferenças em Termos dos Interesses Profissionais a Partir do Projeto de Substituição da IAS 39. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p.181-194, ago. 2015.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. Pronunciamento Conceitual Básico, 2008.
- CONSONI, S.; COLAUTO, R. D. A divulgação voluntária no contexto da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 18, n. 62, p.658-677, dez. 2016.
- COSTA, F. M. da; FREITAS, K. de C. Escolhas Contábeis na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade no Brasil: Direcionadores da aplicação do custo atribuído para ativos imobilizados. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p.38-56, dez. 2014.
- COSTA, J. I. et al. Regime de competência aplicado ao setor público: análise no reconhecimento dos restos a pagar não processados e despesas de exercícios anteriores dos municípios brasileiros. **Base – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 10, n. 3, p.240-253, 3 out. 2013.
- FAMÁ, R.; PEREZ, M. M. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 40, p.7-24, abr. 2006.
- FORMIGONI, H.; ANTUNES, M. T. P.; PAULO, E. Diferença entre o lucro contábil e lucro tributável: uma análise sobre o gerenciamento de resultados contábeis e gerenciamento tributário nas companhias abertas brasileiras. **Brazilian Business Review**, Vitória, v. 6, n. 1, p.44-61, abr. 2009.
- GALDINO, J. A.; MOURA, J. B.; CUNHA, E. L. Efeitos do enfoque patrimonial na dívida pública flutuante: um estudo de caso em uma fundação pública do norte do Brasil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 11, n. 23, p.31-52, ago. 2014.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, D. F.; MENDONÇA, F. S.; CARVALHO, I. M. O advento da Globalização e o Efeito na Contabilidade Brasileira. **Revista InterAtividade**, Andradina, v. 2, n. 1, p.155-164, jun. 2014.
- GUEDES, A. et al. **Convergência da contabilidade aos padrões internacionais: os casos das normas de ativos intangíveis e ativo imobilizado**. Salvador, 2007.
- HELLMANN, A.; PERERA, H.; PATEL, C. Continental European accounting model and accounting modernization in Germany. **Advances In Accounting**, v. 29, n. 1, p.124-133, jun. 2013.
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). **The IASB’s technical agenda**.

IKUNO, L. M. et al. Contabilidade Internacional: uma análise da produção científica nos principais periódicos internacionais da área - 2000 a 2009. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 06, n. 15, p.142-163, mai. 2012.

JEANJEAN, T.; STOLOWY, H. Do accounting standards matter? An exploratory analysis of earnings management before and after IFRS adoption. **Journal Of Accounting And Public Policy**, v. 27, n. 6, p.480-494, nov. 2008.

KRONBAUER, C. A. et al. Impacto do reconhecimento de ativos fiscais diferidos na estrutura financeira e no desempenho econômico de empresas brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 9, n. 17, p.39-60, 28 jun. 2012.

LISBOA, N. P. **Harmonização de Normas e práticas contábeis no Mercosul**. São Paulo, 2000. 122p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

LORENCINI, F. D.; COSTA, F. M. da. Escolhas contábeis no Brasil: identificação das características das companhias que optaram pela manutenção versus baixa dos saldos do ativo diferido. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 23, n. 58, p.52-64, abr. 2012.

LOURENÇO, I. M. E. C.; BRANCO, M. E. M. A. D. C. Principais Consequências da Adoção das IFRS: Análise da Literatura Existente e Sugestões para Investigação Futura. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p.126-139, ago. 2015.

MACEDO, M. A. S. et al. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC um estudo sob a perspectiva do value-relevance. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 57, p.299-318, dez. 2011.

MAIA, A. B. G. R.; VASCONCELOS, A. C. de. Disclosure de ativos intangíveis dos clubes de futebol brasileiros e europeus. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p.1-31, dez. 2016.

MAIA, H. A.; FORMIGONI, H. Empresas de auditoria e o compliance com o nível de evidenciação obrigatório durante o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 14, n. 44, p.335-352, set. 2012.

MAPURUNGA, P. V. R. et al. Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 278, n. 263, p.263-278, dez. 2011.

MOREIRA, R. L. et al. Conservadorismo e a Qualidade Informacional dos Resultados Contábeis Publicados: Um Estudo em Siderúrgicas Brasileiras. **Anpcont**, 2009. Disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoIII/02/406.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

NAKAYAMA, W. K.; SALOTTI, B. M. Fatores Determinantes do Nível de Divulgação de Informações sobre Combinações de Negócios com a Entrada em Vigor do Pronunciamento Técnico CPC 15. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 66, p.267-280, dez. 2014.

NIYAMA, J. K. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2005

NOGUEIRA JUNIOR, E. et al. Início da adoção das IFRS no Brasil: os impactos provocados na relação entre o lucro e o fluxo de caixa operacional. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p.47-74, mar. 2012.

OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas

brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 56, p.155-173, ago. 2011.

PAULO, E. **Comparação da Estrutura Conceitual da Contabilidade Financeira: experiência brasileira, norte-americana e internacional**. 2002. 176 f. Tese (Mestrado) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, João Pessoa, Pb, 2002. Disponível em: <http://www.cca.unb.br/images/dissert_mest/mest_dissert_007.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

PAULO, E.; CAVALCANTE, P. R. N.; MELO, I. I. S. L. Qualidade das informações contábeis na oferta pública de ações e debêntures pelas companhias abertas brasileiras. **Brazilian Business Review**, v. 9, n. 1, p.1-26, 30 mar. 2012.

PINTO, M. J. T.; MARTINS, V. A.; SILVA, D. M. da. Escolhas Contábeis: o Caso Brasileiro das Propriedades para Investimento. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p.274-289, dez. 2015.

POTIN, S. A.; BORTOLON, P. M.; SARLO NETO, A. Hedge Accounting no Mercado Acionário Brasileiro: Efeitos na Qualidade da Informação Contábil, Disclosure e Assimetria de Informação. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 27, n. 71, p.202-216, ago. 2016.

REINA, D. R.; REINA, D.; SILVA, S. F. da. Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a adoção das normas internacionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 23, p.77-94, 26 ago. 2014.

RIBEIRO, A. M. et al. Poder discricionário do gestor e comparabilidade dos relatórios financeiros: uma análise do processo de transição regulatória da contabilidade brasileira. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 27, n. 70, p.12-28, abr. 2016.

RIVA, E. D.; SALOTTI, B. M. Adoção do Padrão Contábil Internacional nas Pequenas e Médias Empresas e seus Efeitos na Concessão de Crédito. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p.304-316, dez. 2015.

RODRIGUES, J. M.; NIYAMA, J. K.; OLIVEIRA, P. H. D. Conservadorismo contábil: uma análise dos resultados das empresas listadas na bolsa de valores chinesas. **Revista de contabilidade e controladoria**, Curitiba, v.4, n.1, p.93-109, jan./abr. 2012.

SAIKI, T. G.; ANTUNES, M. T. P. Reconhecimento de ativos intangíveis em situação de business combinations: um exemplo prático da aplicação dos CPC 04 e CPC 15. **Boletim IOB: Manual de Procedimentos Temática Contábil e Balanços**, São Paulo, n. 46, p.1-13, nov. 2010.

SANTOS, A. C. dos; STAROSKY FILHO, L.; KLANN, R. C. Efeitos do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no value relevance das demonstrações contábeis de organizações brasileiras. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 11, n. 22, p.95-118, 8 abr. 2014.

SANTOS, E. S.; PONTE, V. M. R.; MAPURUNGA, P. V. R. Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, n. 65, p.161-176, ago. 2014.

SANTOS, F. B. dos; SALOTTI, B. M. O método de reconhecimento de receita adotado pelas entidades de incorporação imobiliária brasileiras compromete a comparabilidade das demonstrações financeiras? **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 21, p.03-24, 15 dez. 2013.

- SANTOS, L. P. G. et al. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA;. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 56, p.174-188, ago. 2011.
- SANTOS, M. A. C. dos; CAVALCANTE, P. R. N. O Efeito da Adoção dos IFRS sobre a Relevância Informacional do Lucro Contábil no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 66, p.228-241, dez. 2014.
- SANTOS, O. M.; SANTOS, A. Lobbying na Regulação Contábil: Evidências do Setor Petrolífero. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, n. 65, p.124-144, 2014.
- SAYED, S.; SALOTTI, B. M. O uso do valor justo e suas relações com os valores de mercado das instituições financeiras. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p.15-37, dez. 2014.
- SILVA, P. D.; MARQUES, J. A.; SANTOS, O. Análise da evidenciação das informações sobre o impairment dos ativos de longa **duração de empresas petrolíferas**. **Base - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 6, n. 3, p.258-274, 29 out. 2009.
- SILVA, T. M.; NAKAO, S. H. Divulgação na adoção pela primeira vez de IFRS por empresas europeias de setores e sistemas jurídicos diferentes. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p.93-124, jun. 2011.
- SOUSA, R. G. et al. O Regime de Competência no Setor Público Brasileiro: uma Pesquisa Empírica sobre a Utilidade da Informação Contábil. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 24, n. 63, p.219-230, dez. 2013.
- SOUZA, F. A. de et al. A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Avaliação Posterior de Propriedades para Investimento: Uma Análise das Companhias Abertas Brasileiras e Portuguesas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 68, p.154-166, ago. 2015.
- SOUZA, F. A. de; LEMES, S. A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 27, n. 71, p.169-184, ago. 2016.
- SOUZA, M. M. de; BORBA, J. A. Value Relevance do Nível de Disclosure das Combinações de Negócios e do Goodwill Reconhecido nas Companhias de Capital Aberto Brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, n. 73, p.77-92, abr. 2017.
- SOUZA, M. M. de; BORBA, J. A.; ZANDONAI, F. Evidenciação da Perda no Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p.67-91, jun. 2011.
- THOMAZ, J. L. P.; KRONBAUER, C. A.; LISZBINSKI, B. B. As práticas contábeis relativas à mensuração e evidenciação dos estoques em empresas industriais do Mercosul e Comunidade Andina estão convergentes com a norma do IASB? **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 21, p.51-70, 15 dez. 2013.
- Van Tendeloo, B.; Vanstraelen, A. Earnings management under German GAAP versus IFRS. **The European Accounting Review**, v.14, n.1, p.155-180, 2005.
- WEFFORT, E. F. J. **O Brasil e a harmonização contábil internacional**: as influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 231 p.
- ZEFF, S. A.. A Evolução do IASC para o IASB e os Desafios Enfrentados. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 25, p.300-320, dez. 2014.